

Aplicação dos recursos do Fundeb precisa avançar

Educadores e parlamentares cobram ágeis e eficientes mecanismos para a qualificação e o uso da verba do Fundo da Educação Básica

Os mecanismos para a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) precisam avançar em eficiência e qualidade. A afirmação foi feita em audiência pública, na última semana (em 8/6), na Câmara dos Deputados, em Brasília, momento em que o corte dos gastos da União com a Educação preocupa, principalmente os institutos e as universidades federais do país.

João Pires, analista de finanças públicas, acredita que é preciso mudar a mentalidade dos gestores, para que os gastos atinjam melhoria na qualidade da Educação. Segundo ele, “cada real mal gasto com Educação no Brasil significa criança que não vai ser alfabetizada adequadamente, jovem que não vai chegar ao Ensino Médio com aprendizagem adequada ou alimentação não adequada na escola”.

O deputado federal Felipe Rigoni lembra que o novo Fundeb foi um avanço no setor. “Conseguimos reduzir, e muito, a desigualdade na distribuição do dinheiro, com o novo Valor Anual Total por Aluno (VAAT)”, avalia.



MARIA JOSÉ VASCONCELOS / ESPECIAL / CP

Gastos precisam resultar em melhorias, como em aprendizagem e escolarização

ICMS REDUZIDO E FUNDEB. Cerca de 70% dos recursos do Fundeb são provenientes da arrecadação do ICMS. Lucas Hoerberge, da ONG Todos pela Educação, pondera que a redução da arrecadação desse imposto, em discussão no Congresso Nacional, pode fazer com que os recursos da Educação sejam reduzidos, entre R\$ 20 e R\$ 30 bilhões, sendo mais do que o aumento conquistado com o novo Fundeb. Entende que a redução

de preços dos combustíveis não pode ser feita a partir da inviabilização da Educação no Brasil. E lembra que a proposta já foi aprovada pela Câmara e aguarda votação no Senado. “É preciso garantir que exista o novo Fundeb”, afirma, pedindo mais transparência nos dados dos repasses feitos aos municípios. “A forma como hoje é repassada a informação dificulta a aplicação dos recursos e a prestação de contas dos gestores”, argumenta.



ROCHELE ZANDAVALLI / UFRGS / CP

Retorno acadêmico já contará com todos os 6 RUs funcionando

1º SEMESTRE LETIVO/2022

Ufrgs retoma as aulas presenciais

Os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) retomam as aulas presenciais hoje. A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) realiza recepção e acolhida on-line aos calouros 2022/1, com a UniverLive, a partir das 10h, em transmissão via canal Ufrgs TV no YouTube. A intenção é apresentar as diversas pró-reitorias e os órgãos da Universidade aos novos acadêmicos de graduação.

A Divisão de Alimentação da Ufrgs informa que o início deste 1º semestre letivo de 2022 já te-

rá todos os seis Restaurantes Universitários (RUs) em funcionamento. O atendimento é por meio do serviço de buffet, sendo obrigatórios o uso de tiquetes e o agendamento das refeições. O almoço é servido no horário das 11h às 13h30min; e o jantar acontece das 17h30min às 19h.

Os RUs atendem toda a comunidade da Ufrgs. Pela refeição, estudantes pagam R\$ 1,30; e o valor para servidores, terceirizados, pesquisadores de pós-doutorado e visitantes, R\$ 14,93. Detalhes: <https://bitly.com/gLkJpD>.

ENSINO MÉDIO

Entidades querem revogar a reforma

Entidades e movimentos ligados ao direito à Educação assinaram a carta aberta “Pela revogação da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017)”. O documento, divulgado na última semana (em 9/6), “elencas 10 evidências que apontam a reforma como um projeto avesso à democracia, à equidade e ao combate das desigualdades educacionais”.

Um dos trechos do texto destaca que, “na contramão de tudo o que vinha sendo encaminhado, temos, hoje, uma Reforma do Ensino Médio que, em vez de integrar, desintegra. O compromisso da atual Reforma do Ensino Médio não é com a consolidação do Estado Democrático de Direito e nem com o combate às desigualdades sociais e educacionais no país. A Reforma está a serviço de um projeto autoritário de desmonte do Direito à Educação, como preconizado na Constituição de 1988”.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Rede Escola Pública e Universidade estão entre as signatárias. Acesso à Carta: <https://bitly.com/DoTxfO>.

CEED/RS

Aprendizagem, EJA e Curso Normal em pauta

Participar de debates e apontar normativas que orientem o Sistema Estadual de Ensino, especialmente, neste momento, às voltadas às Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é um dos desafios do Conselho Estadual de Educação do RS (CEED), segundo a presidente, recém-eleita para gestão no biênio 2021/2023, Fátima Anise Rodrigues Ehlert. Também integram a direção: Oswaldo Dalpiaz, como 1º vice-presidente; e Carla dos Anjos, 2ª vice-presidente.



Fátima Ehlert

“As demandas urgentes, agora se voltam para a busca ativa, que visa resgatar todos os que estão fora da escola, para a recomposição e recuperação das aprendizagens deste período de pandemia; e para a implementação do Ensino Médio com todas as adequações necessárias”, destaca Fátima. Desde o começo da pandemia, lembra que o colegiado esteve muito presente, trabalhando em pareceres e indicativos de suporte às mantenedoras e instituições de ensino. E diz que o Conselho está atento a dificuldades no acolhimento a estudantes,

professores e famílias, fazendo “avaliação diagnóstica para um planejamento voltado a enfrentar as lacunas de aprendizagem; ênfase para competências socioemocionais; formação e valorização dos profissionais da educação; e estrutura das escolas, que garanta as condições de aprendizagem e de acesso com qualidade, inclusive com o acesso aos recursos educacionais digitais”.

A presidente do CEED explica que outras demandas importantes se relacionam à oferta do Curso Normal e de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assinala que, “enquanto Estado, temos um grande apreço e defesa da manutenção do Curso Normal, que garante a habilitação de profissionais aptos a atuar na docência e que fazem a diferença no processo ensino aprendizagem”. E sobre EJA, ressalta que garante o acesso de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir a escolarização na idade própria. “A preocupação é orientar, de forma clara, a oferta de ambas as modalidades, adequando-as à legislação nacional e à realidade do nosso Estado”, afirma.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

O CEED tem 21 conselheiros, representantes de Executivo, comunidade escolar e setores educacionais. É órgão fiscalizador, consultivo, deliberativo e normativo do Sistema de Ensino/RS.

■ **Executivo Estadual:** Ana Bagestan, Carmem Figueiró, Iara Wortmann, Marcelo Mallmann, Odila Liberali, Oswaldo Dalpiaz e Sônia Veríssimo da Fonseca.

■ **Famurs:** Fátima Anise Ehlert.

■ **Undime/RS:** Nirlene Boeri.

■ **Aesufope:** Percília Almeida.

■ **Uges:** Érico Maciel Michel.

■ **Cpers:** Dulce Delan, Rosa Maria Mosna, Sandra Beatriz Silveira e Simone Goldschmidt.

■ **ACPM/Federação:** Antônio Saldanha e Carla dos Anjos.

■ **Federapars:** Raul Oliveira.

■ **Sinepe/RS:** Ruben Goldmeyer.

■ **Sinpro/RS:** Sani Cardon e Sandra Balbê de Freitas.



BETÂNIA RAMALHO DA SILVA / ESPECIAL / CP

CAXIAS

Vigilância tem ação educativa contra dengue

■ A Vigilância Ambiental em Saúde de Caxias do Sul utiliza a Educação no combate ao mosquito da dengue. A equipe monta roteiros, slides e tem até teatro de bonecos para explicar como impedir a proliferação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika

e chikungunya. O teatro de fantoches “Dengue? Aqui não!” é para alunos do 1º a 5º ano; e, os maiores, têm palestras com slides. Os agentes também levam amostras dos mosquitos e larvas do Aedes; e mantêm outras ações preventivas, em bairros, residências e empresas.